

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Lucas Pazolini Dias Rodrigues, Fábio Simão da Cunha, Cristina Caetano de Aguiar. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no Estado de Minas Gerais. Revista Ciência Dinâmica, vol. 18, núm. 2, 2020. Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga.

**CIÊNCIA DINÂMICA – Revista Científica Eletrônica
FACULDADE DINÂMICA DO VALE DO PIRANGA**

18ª Edição, 2020 | Ano XI – nº 2 | ISSN – 2176-6509

DOI: 10.4322/2176-6509.2022.013

2º Semestre de 2020

Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no Estado de Minas Gerais

Evolution of the Municipal Human Development Index (MHDI) in the State of Minas Gerais

Lucas Pazolini Dias Rodrigues*¹, Fábio Simão da Cunha², Cristina Caetano de Aguiar³

¹Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), <https://orcid.org/0000-0001-8931-525X>

²Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), <https://orcid.org/0000-0002-7310-4017>

³Mestre em Administração, Universidade Federal de Viçosa, <https://orcid.org/0000-0002-9428-3392>

Autor correspondente: lcsds40@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos municípios do estado de Minas Gerais e relacioná-los com as principais ações governamentais estaduais. Foi realizada uma pesquisa descritiva a partir de dados coletados do IDH entre os 1991 e 2010, bem como dos investimentos do governo estadual entre 2002 e 2011. Quanto às ações governamentais foram obtidas a partir da década compreendida entre 2000 e 2010. Os resultados demonstraram que houve uma considerável evolução nos indicadores dos municípios de Minas Gerais, bem como um importante incremento do montante investido em diferentes áreas sociais. Todavia para que os resultados se mantenham em crescimento, é necessário mesclar políticas abrangentes e bem elaboradas com uma alocação de recursos eficiente, de modo a gerar benefícios duradouros para a sociedade.

Palavras-chave: *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal; Ações governamentais; Investimento público.*

Abstract

This article aims to analyze the evolution of the Human Development Index (HDI) in the municipalities of Minas Gerais and relate them to the main statistical actions. A descriptive research was carried out using data collected by the HDI between 1991 and 2010, as well as investments by the state government between 2002 and 2011. How long were the actions killed after the beginning of the 2000s and 2010. The results showed that there were a significant evolution in the indicators of the municipalities of Minas Gerais, as well as an important increase in the amount invested in different social areas. However, in order for results to remain in growth, it is necessary to specify comprehensive and well-designed policies with an efficient allocation of resources, in order to generate lasting benefits for society.

Keywords: *Municipal Human Development Index; Governmental actions; Public investment*

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento social pressupõe uma divisão mais igualitária das riquezas em uma sociedade, combatendo as desigualdades e reduzindo a exclusão social (INOJOSA, 2001). Para tanto é necessário que se provenha condições favoráveis e serviços básicos à sociedade, voltados para áreas como a assistência em saúde, a educação e à garantia de renda.

O governo deve agir como promotor de um ambiente que favoreça o desenvolvimento e possibilite à cidadania e a inclusão social. Um dos grandes desafios dos agentes governamentais está na redução das desigualdades existentes entre as diversas regiões. Em Minas Gerais, existem diferenças regionais em relação, por exemplo, à cultura e linguagem, mas principalmente em relação ao desenvolvimento econômico. Dados da Fundação João Pinheiro (FJP) apontam que a mesorregião do Vale do Jequitinhonha possui um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 5.663,92, a mesorregião do Triângulo e Alto Paranaíba possui um resultado que o supera em quase cinco vezes, R\$ 25.666,02 (FJP, 2010).

Para instituir ações e identificar as principais áreas a serem beneficiadas para reduzir essas desigualdades, faz-se necessária a realização de estudos para identificar e mapear esses campos deficitários. Azevedo et. al (2005) destacam a importância de realizar uma análise de necessidades considerando o espaço geográfico de ocorrência de modo a contribuir com a gestão das políticas públicas. Uma das formas realizar este mapeamento e identificar o local de ocorrências das necessidades, ocorre pela análise de índices e indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que mede o avanço da qualidade de vida de determinada população e pode determinar as regiões mais deficitárias.

O IDH-M é o principal índice usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ele é um índice calculado a partir dos níveis de educação, saúde e renda de um país, município ou região. Este índice é a base para a análise da desigualdade social (PNUD). Apesar de não expressar dados diretos sobre a desigualdade social, ele considera dois aspectos básicos em relação à igualdade social: a saúde e a renda.

Indicadores como este podem servir de parâmetro para verificar a realidade de determinadas localidades e direcionar os órgãos públicos na construção e implementação de políticas públicas. A escolha das políticas e programas a serem implementados depende de três

fatores principais: recursos disponíveis, prioridades e incentivos (CAMARGO, 2004). Ao considerar o governo estadual com recursos limitados, além de necessidades e potencialidades locais díspares, como é o caso de Minas Gerais, essa análise se torna ainda mais relevante.

Dessa forma questiona-se: qual o panorama das mesorregiões do estado de Minas Gerais em termos de desenvolvimento humano? De modo complementar ainda se pode indagar: quais as ações do governo em prol do desenvolvimento estadual?

Apontadas as devidas premissas e a relevância da temática, o presente artigo tem o seguinte objetivo analisar a evolução do IDH nos municípios do estado de Minas Gerais e relacioná-los com as principais ações governamentais estaduais.

Na literatura, diferentes enfoques foram atribuídos em meio ao uso do IDH como elemento de estudo. Em uma dimensão econômica, Mota e Barcelos (2018) realizaram um estudo comparativo relacionando o IDH e o Índice de Gini nas localidades cuja principal atividade econômica era a mineração. Na área tributária, Paiva et. al (2014) buscaram evidenciar os impactos que os critérios de distribuição do ICMS, por meio da lei Robin Hood, provocaram no IDH dos municípios. E, em uma análise em termos de verificação do panorama regional, Romero (2016) realizou uma análise espacial da pobreza no estado de Minas Gerais considerando os elementos fracionados do IDH entre 1991 e 2000: renda, longevidade e educação. O presente estudo, além de fornecer um panorama regional do desenvolvimento humano no estado de Minas Gerais que inclua também a década de 2000 a 2010, buscará avançar na construção do arcabouço teórico da área, ao propor estabelecer uma relação entre este panorama e as ações do governo estadual durante o período.

Desta forma foi desenvolvida uma discussão a respeito das políticas que geraram tal melhoria nos indicadores de desenvolvimento e como foi sua alteração ao longo do tempo no estado. Espera-se avaliar os possíveis efeitos das políticas públicas no desenvolvimento regional por meio da análise das ações do governo de Minas Gerais entre 1991 e 2010.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico foi realizada uma discussão quanto as características da gestão pública brasileira e sua evolução no contexto nacional. Também foi relacionado a este tema a questão

do desenvolvimento, como elemento fim para o poder público. Por fim, explorou-se questões pertinentes à construção e análise de indicadores sociais, com enfoque especial para o IDH-M.

Gestão Pública

Segundo Bresser-Pereira (2005), o Estado é um sistema social formalmente estruturado que organiza a ação coletiva dos cidadãos através da constituição nacional e de todas as demais instituições legais ou jurídicas que cria ou legitima, desempenhando um papel econômico fundamental de institucionalizar os mercados, promovendo o desenvolvimento econômico e a riqueza do país, e a segurança econômica dos seus cidadãos.

A gestão pública é constituída por um conjunto de práticas administrativas que permitem o alcance dos principais objetivos do Estado: manutenção da ordem ou estabilidade social, a liberdade, o bem estar e a justiça social. No Brasil, a gestão pública pode ser classificada em modelos, os quais acompanham a evolução histórica e sociopolítica do país, Patrimonialista, Burocrático e Gerencial. Esses modelos não são estanques, e podem ser encontrados em órgãos públicos de forma híbrida.

A gestão pública patrimonialista marcou o período colonial, em que, de acordo com Schmitt e Fiates (2009), o aparelho Estatal funcionava como uma extensão do poder soberano, não havendo distinção entre público e privado e vigorando as relações de influência, poder e privilégios da elite, além de disfunções como o nepotismo e a corrupção.

Com iniciativas de controle administrativo visando combater as disfunções do primeiro modelo, surge o modelo Burocrático, baseado, segundo Secchi (2009) em três características principais: formalidade, impessoalidade e profissionalismo. Entretanto, o apego ao formalismo pode resultar em ineficiência, pois foca-se no processo, e não no resultado. No intuito de corrigir tais ineficiências, emerge o modelo gerencial que, de acordo com Azevedo e Loureiro (2003) se distingue do modelo burocrático por ter uma definição clara dos objetivos, conceder autonomia aos gestores no alcance de metas, pela existência de uma competição administrada, além da descentralização, adoção de normas flexíveis e redução de níveis hierárquicos.

Apontado este percurso histórico nota-se que, ao longo do século XX e na primeira década do século XXI, a gestão pública brasileiro culminou em um modelo híbrido. Campelo (2010) considera que tanto em termos de estrutura jurídica das instituições quanto no âmbito político das decisões, há um incremento de modelos patrimonialista, burocrático e gerencial.

Em meio a este contexto contraditório, no fim da década de 1980, foi promulgado um importante instrumento que ocasionou em grandes mudanças na gestão pública brasileira, a Constituição Federal de 1988 (CF88). A partir da CF88, abriu-se caminho para a construção de uma estrutura estatal menos centralizadora e aberta para contribuições de diferentes agentes da sociedade. Souza (2001) aponta duas estratégias de construção da CF88: abertura para a participação social e a descentralização da arrecadação dos tributos em prol de estados e municípios. Tal movimento permitiu maior proximidade do poder público com a população, abrindo espaço para os governos locais, maiores conhecedores das reais necessidades, formular e implementar políticas públicas.

O poder público atua diretamente em seguimentos essenciais como: saúde educação, habitação, transporte, segurança e outros a partir da formulação e implementação de políticas públicas. De acordo com Teixeira (2002), as políticas públicas são diretrizes que orientam a ação do poder público através de regras e procedimentos que mediam as relações entre os atores da sociedade e do Estado, a partir do uso de recursos públicos. De modo complementar, Souza (2006, p. 25) conceitua política pública “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).”

As responsabilidades em formular e implementar políticas públicas de cunho social, como saúde, educação, moradia e assistência social, são repartidas entre os entes federados, proporcionando uma descentralização das obrigações. Ao se pensar em uma perspectiva de desenvolvimento social e econômico, todos os governos possuem responsabilidade.

No âmbito do desenvolvimento econômico, Rezende *et al* (2005), aponta que as políticas econômicas implementadas no Brasil sempre foram conservadoras, o que levou ao aumento da concentração de renda e o conseqüente problema da exclusão sociocultural. E no âmbito social, Gomes (2006) aponta que no Brasil houve um distanciamento do Estado em relação aos interesses sociais em detrimento dos interesses de certas frações do capital. Desse modo, faz-se necessário inserir no contexto de discussão aspectos relacionados ao desenvolvimento.

Desenvolvimento

A noção de desenvolvimento é muito atrelada à perspectiva econômica e ainda serve como base de comparação entre realidades, quando se quer inferir sobre as diferenças entre elas. Para Furtado (2000), o conceito de desenvolvimento é comumente utilizado para designar dois sentidos distintos, um deles relacionado à evolução de um sistema social de produção mediante acumulação e o progresso das técnicas, sentido este ligado à divisão social do trabalho. O outro sentido refere-se à satisfação das necessidades humanas, tais como alimentação, habitação, etc.

Há várias denominações para o conceito de desenvolvimento (sustentável, local, municipal, econômico, territorial, solidário) e todos ambos convergem para de alguma forma, impactar a sociedade onde projetos de desenvolvimento são aplicados.

O desenvolvimento local, por exemplo, é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma transformação econômica e na organização social em nível local. O desenvolvimento municipal é um caso particular de desenvolvimento local, com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município. Enquanto o desenvolvimento local ocorre em comunidades específicas, o municipal abrange a extensão do município (BUARQUE, 1999).

Para ser um processo sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local. As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento decorrem quase sempre de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e principalmente, de convergência dos atores sociais em torno de determinadas prioridades e orientações de desenvolvimento (BUARQUE, 1999).

Segundo Singer (2004), retrata uma face solidária sobre o assunto, segundo o qual desenvolvimento deve ser um processo de fomento de novas forças produtivas e de relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

Adotando estas noções de desenvolvimento, pergunta-se de quem é o papel da promoção deste desenvolvimento e se apenas a perspectiva econômica do termo abrange a necessidade

social de sua urgência. Além da iniciativa privada, um dos responsáveis por promover o desenvolvimento é o Estado.

Segundo Matias-Pereira (2009) o Estado existe fundamentalmente para realizar o bem-comum. Ele é o detentor da soberania, e a soberania define-se pelo poder político que se configura na faculdade de ordenar a organização social e de deliberar sobre assuntos de coletivos, devendo agir sempre e em todos os atos de conformidade com o interesse coletivo.

No mundo contemporâneo, Matias-Pereira (2009), cita que a função principal do Estado é a de ampliar sistematicamente as oportunidades individuais, institucionais e regionais. Esta denominação vai de encontro com a denominação de desenvolvimento proposta por Amartya Sen, economista indiano colaborador na formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na década de 90.

A expansão da liberdade é o fim prioritário e o meio principal do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem a sua ação na sociedade (SEN, 1999).

O Estado então deverá promover o desenvolvimento na sociedade por meio da garantia a oportunidades a todos os atores sociais. Nesta conjuntura estaria o Estado buscando alcançar dois de seus objetivos básicos, o bem-estar econômico e a justiça social (BRESSER-PEREIRA, 2010), justificando também a CF88. Para tanto, é necessário aos órgãos públicos se munir de dados que demonstrem a realidade das diferentes regiões que abrange. Um modelo de apresentação destes dados é por meio de indicadores, os quais podem expressar condições diversas, seja em âmbito econômico ou sociais.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

“Nenhum indicador, por mais representativo que seja, é suficiente para expressar integralmente realidades ou fatos complexos” (SIEDENBERG, 2003, pg. 57). Mesmo não representando toda a complexidade por trás das análises sócias e os resultados do “desenvolvimento”, os indicadores servem para quantificar os resultados e como base de comparação cronológica dos avanços em dado território.

As principais funções dos indicadores segundo Siedenberg (2003) são: (i) diagnosticar as condições de desenvolvimento social ou setorial; (ii) propiciar informações sobre problemas

sociais ou crises potenciais; (iii) subsidiar planos e decisões políticas; (iv) avaliar metas e estratégias globais/setoriais.

Existe um grande número de indicadores utilizados em diversas áreas, como na agricultura, agropecuária, no setor financeiro. Indicadores econômicos como o PIB, renda per capita são comumente utilizados para expressar o desenvolvimento, porém não satisfazem por completo a realidade social, até porque nem sempre o crescimento econômico de uma nação ou região implica em desenvolvimento em seu sentido mais amplo. Os indicadores sociais concentram sua análise sobre os seguintes aspectos: alimentação, saúde, meio-ambiente, habitação e educação (SIEDENBERG, 2003).

Criado por Mahbub ul Haq e Amartya Sen, o IDH é uma medida sintética e geral para a mensuração do desenvolvimento humano de um país, cidade ou região. O índice surgiu da necessidade de mensurar o desenvolvimento de uma forma que transpassasse uma mera mensuração econômica, da percepção de que fatores econômicos não são exclusivamente eficazes para mensurar a qualidade de vida do ser humano (PNUD, 2013).

Ao calcular o desenvolvimento de um país ou região apenas por seu PIB desconsidera-se relacionados à vida das pessoas desta região. Uma vez que haver geração de riqueza em uma região não necessariamente indica que há qualidade de vida, visto que esta pode estar nas mãos de pouco atores dentro do país ou nas mãos de corporações estrangeiras. Assim há uma carência de outros métodos para a mensuração do desenvolvimento de certa região.

O IDH foi publicado pela primeira vez em 1990, desde então o índice é calculado anualmente. Ele avalia em seu cálculo três fatores com igual peso. A renda segundo o produto nacional bruto – relacionado ao poder de compra no país, a saúde conforme a expectativa de vida após o nascimento na região ou país e a educação – medida pela taxa de matrícula combinada com a taxa de alfabetização de pessoas com mais de 15 anos (PNUD, 2013).

O resultado é um índice que varia de 0 a 1, onde 1 é o melhor resultado que se pode obter e 0 o pior. Um país com IDH maior igual a 0,8 é considerado de alto desenvolvimento, médio com um de 0,79 a 0,5 e baixo com um igual ou inferior a 0,49 (PNUD, 2013).

O índice vem sendo atualizado desde a sua criação. A sua última alteração ocorreu em 2009. Até este ano ele era calculado pela média aritmética dos coeficientes de Longevidade, Educação e Renda. A partir de 2010 além de uma alteração no cálculo dos coeficientes, o IDH passou a ser calculado por uma média geométrica dos três fatores (Quadro 1):

Quadro 1 – Componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Brasil 2013.

LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
	População Adulta	População Jovem	
Esperança de vida ao nascer	Escolaridade da população adulta	Fluxo escolar da população jovem	Renda <i>per capita</i>

Fonte: Adaptado de PNUD (2013)

Entretanto como observam Kuwahara *et.al* (2010), o IDH por si só desconsidera fatores ligados a desigualdade social importantes. Os autores consideram importante o estabelecimento de medidas multidimensionais que considerem a desigualdade social, pois seriam importantes na avaliação da qualidade do crescimento econômico. Kuwahara *et.al* (2010) desenvolvem um indicador de qualidade de vida que considera, além de saúde, educação e renda, a infraestrutura urbana, habitação e acesso à informação. Seu resultado sugere que muitos municípios próximos a grandes centros recebem boas avaliações pelo IDH-M devido sua elevada renda, mas possuem bons rendimentos no indicador proposto devido uma grande desigualdade social. Desta forma percebe-se que o IDH-M é muitas vezes mascarado pela renda da região.

Guimarães e Januzzi (2005) destaca que houve um fortalecimento da cultura para o uso de indicadores sociais no Brasil, fato que conferiu legitimidade a diversas naturezas de indicadores sintéticos, como o IDH. Por outro lado, os autores chamam a atenção para que se tenha cuidado a fim de evitar a simplificação da multiplicidade de elementos que envolvem a vulnerabilidade social e a pobreza.

Os indicadores possuem uma capacidade limitada de detecção da realidade a partir dos quais não devem ser tratados pelas autoridades públicas como as únicas ferramentas para nortear a formulação e implementação de políticas públicas.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo é caracterizado como descritivo, pois tem como objetivo analisar a evolução do desenvolvimento humano no estado de Minas Gerais, por meio do IDH Municipal. De acordo com Cervo e Bervian (2002), o estudo descritivo trata da descrição de características,

propriedades ou relações do grupo pesquisado. Além disso, pesquisas dessa modalidade favorecem as tarefas de formulação clara do problema e da hipótese como tentativa de solução.

Os procedimentos de coleta utilizados foram a pesquisa documental, bibliográfica e de levantamento, que balizaram todo o estudo e o trabalho de coleta de dados secundários. O objeto de estudo foram os resultados do IDHM, referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010. Como unidades de análise, se destacam os municípios que compõem as doze mesorregiões do estado de Minas Gerais.

A coleta de dados qualitativos ocorreu por meio de documentos do governo estadual como o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e o Plano Plurianual Governamental (PPAG), elaborados durante 2000 e 2010 de modo a compreender as ações que resultaram em efeitos nos indicadores sociais.

Os dados quantitativos foram coletados por meio da base de dados da FINBRA, “Finanças do Brasil”, divulgada pelo Tesouro Nacional e dos estudos divulgados pelo PNUD Brasil. Nesse sentido, foram obtidos dados referentes aos investimentos estaduais nas seguintes funções: Assistência Social, Previdência, Saúde, Trabalho, Educação, Habitação e Saneamento. A análise dos investimentos foi referente aos anos de 2002 a 2011.

Para analisar os dados quantitativos utilizou-se a técnica da Análise Exploratória de Dados (AED). Para Triola (2005) a AED é o processo de uso das ferramentas estatísticas (tais como gráficos, medidas de centro e medidas de variação, outliers), para investigar um conjunto de dados com o objetivo de compreender suas características importantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, realizou-se uma análise da evolução do IDH nos municípios do estado, ressaltando suas disparidades regionais e o grau de mudança ocorrida entre 1991 e 2010. Em seguida, foram apresentadas as principais ações propostas pelo governo e os recursos dispendidos diretamente para as áreas que abrangem o Indicador.

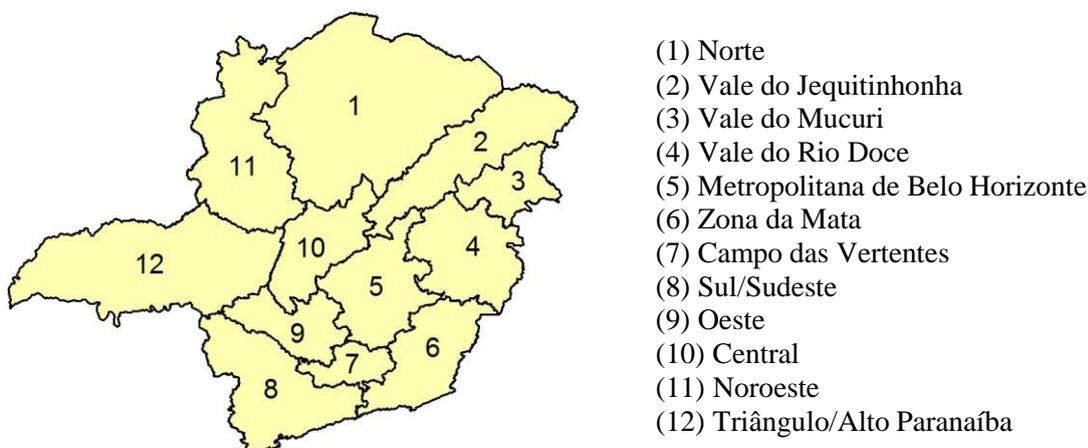
Evolução do IDH nos municípios do estado de Minas Gerais

Neste tópico foram demonstrados os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos municípios do estado de Minas Gerais, como meio de comparar a sua evolução

durante o período de 1991 a 2010. Primeiramente foi apresentado um panorama do IDH em cada região do estado, como forma de averiguar as diferenças geográficas em relação ao índice. Posteriormente, foram realizadas possíveis inferências em relação aos motivos pelos quais os níveis do IDH evoluíram ao longo do período analisado.

O estado é dividido em 12 mesorregiões cada um com as suas particularidades, apresentando diferentes variações econômicas, históricas, culturais e sociais. A Figura 1 apresenta as 12 mesorregiões de Minas Gerais, segundo o DataSus, do Ministério da Saúde.

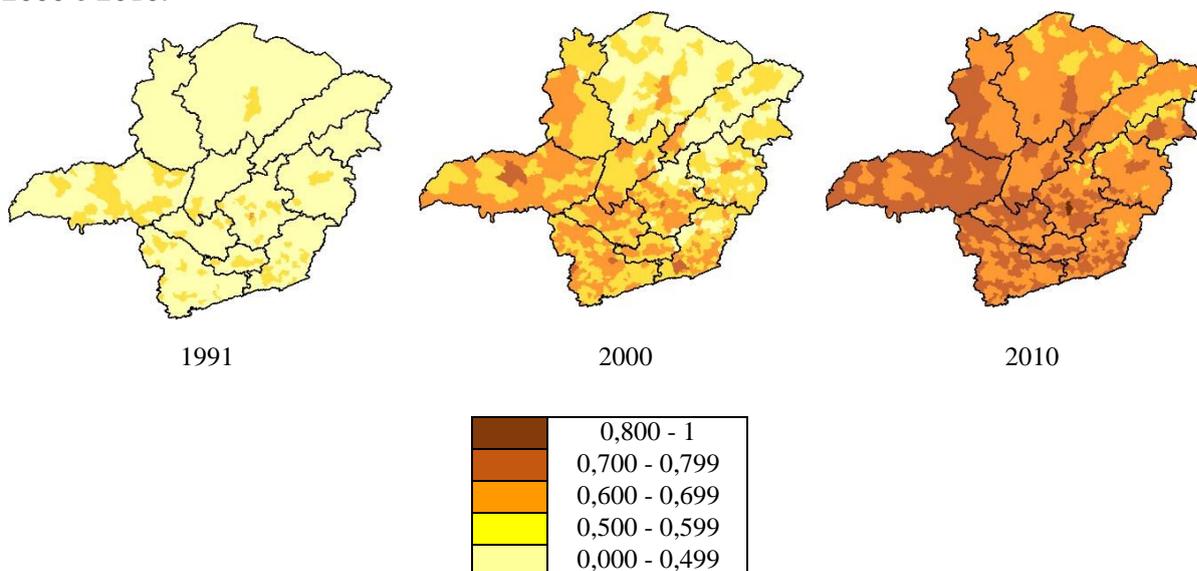
Figura 1 – Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Ministério da Saúde (2013)

Ao longo das últimas décadas, o estado de Minas Gerais, assim como todo o país, apresentou significativas melhorias em seus indicadores socioeconômicos, passando a integrar o grupo de nações em franco desenvolvimento. A evolução positiva do IDH no território mineiro é visível (Figura 2), tendo em vista as significativas melhorias dos municípios em prover infraestrutura básica, melhor atendimento na saúde, educação de melhor qualidade e geração de renda para a população. É consenso de que o desenvolvimento deve ter continuidade, porém os resultados das últimas décadas demonstram consideráveis melhorias. Por outro lado, a Figura 1 também pode ser representativa no intuito de demonstrar as disparidades regionais presentes no estado ao realçar as localidades mais e menos “desenvolvidas”, em termos de IDH.

Figura 2 – Evolução do IDH nos Municípios do Estado de Minas Gerais entre os anos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da PNUD (2013)

Reunindo mais de 2,7 milhões de habitantes, historicamente, as regiões Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri foram destacadas como aquelas que possuíam os menores níveis de desenvolvimento do estado, apresentando elevados índices de pobreza e baixos resultando em indicadores de desenvolvimento, como o IDH. Em 1991, com exceção de Montes Claros, todos os demais municípios que compõem essas regiões possuíam IDH inferior à 0,5, nível considerado muito baixo de acordo com os padrões da ONU. Vinte anos depois, esse quadro se modificou, tendo em vista que, nos resultados referentes ao ano de 2010, nenhum município dessas áreas apresentou IDH inferior à 0,5.

Entretanto, essas mesorregiões continuam sendo aquelas que apresentam o menor nível de desenvolvimento humano do estado de Minas Gerais. Como demonstra a Tabela 1, o IDH médio da região Norte (0,625), Jequitinhonha (0,616) e do Vale do Mucuri (0,610) continuam inferiores à média estadual (0,668). Em 1991, 68 (80%) dentre os 10% dos municípios com os menores índices de desenvolvimento humano do estado, estavam concentradas nessas regiões. Em 2010, esse número foi reduzido (54 municípios), porém ainda representa a maior proporção em relação às demais regiões (64%).

Por outro lado, as regiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (0,712), Sul/Sudeste (0,697) e Centro Oeste (0,696) apresentam um quadro inverso, sendo aquelas que possuem os

melhores IDH's do Estado e não possuem nenhum município entre os apresentam os menores resultados do Índice. Esse resultado é semelhante ao apresentado no ano de 1991 em que essas regiões também se destacavam nesse quesito.

Tabela 1 – IDH Médio e Número de Municípios com Melhores e Piores Resultados no IDH dentre as Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.

	Municípios	IDH-Médio		Decil* Maior	Decil* Menor	Decil* Maior IDH	Decil* Menor
		1991	2010	IDH 1991	IDH 1991	2010	IDH 2010
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	66	0,470	0,712	18	0	11	0
Central	30	0,411	0,687	3	0	3	0
Zona da Mata	143	0,395	0,661	12	4	6	9
Vale do Rio Doce	101	0,352	0,638	4	11	3	13
Centro Oeste	44	0,438	0,696	5	0	7	0
Vale do Mucuri	24	0,312	0,610	0	10	0	11
Norte	89	0,296	0,625	1	40	2	23
Sul	146	0,442	0,697	22	0	22	0
Campos das Vertentes	35	0,411	0,691	5	0	6	0
Jequitinhonha	51	0,306	0,616	0	18	0	20
Metropolitana	105	0,412	0,685	15	2	22	9
Noroeste	19	0,391	0,688	0	0	3	0
Minas Gerais	853	0,391	0,668	85	85	85	85

*Cada “Decil” corresponde a 10% do total de municípios do estado (85 municípios). Assim, foram representados o número de municípios de cada mesorregião do estado de Minas Gerais que se enquadraram entre aqueles que possuíam os resultados mais elevados e menos elevados nos anos de 1991 e 2010.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da PNUD

De modo geral, todas as regiões do Estado de Minas Gerais tiveram uma expressiva evolução entre 1991 e 2010, resultado da estabilidade econômica do país e da elaboração e implementação de políticas sociais e de melhoria do bem-estar da população.

O IDH possui três principais componentes: Educação, Renda e Longevidade. Nesse sentido, foi analisada a evolução dos investimentos realizados pelos municípios mineiros no período de 2002 a 2011 nas seguintes áreas: Assistência Social, Previdência, Saúde, Trabalho, Educação, Habitação e Saneamento.

Programas e Investimentos Estaduais

As ações voltadas para a assistência social no estado, durante a vigência do PMDI 200-2003, tiveram como público principal os idosos, portadores de deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade social.

O governo estadual também promoveu programas de capacitação e fomento a produtores rurais em situação de vulnerabilidade como o “Minas Sem Fome”. Como um dos benefícios o estado buscava a melhoria do IDH, principalmente nas regiões menos desenvolvidas.

A família, considerada um importante fator na promoção da cidadania e inclusão social, foi pauta principal no desenvolvimento de ações incentivadas pelo governo. Minas Gerais possui grandes disparidades regionais, dentre as quais são consideradas como prioritárias para a promoção do seu desenvolvimento, a região Norte e os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Nesse sentido, deve ser destacado que não somente na área de assistência social que o governo estadual apoiou e apoia essas regiões. Programas de aceleração da aprendizagem, de incentivo à produção local e para atração de investimentos, promoveram importantes melhorias nas condições econômicas e sociais dessas regiões, contribuindo assim para evolução positiva do IDH.

Outra área de destaque, a previdência, preocupava o governo do Estado o que fica claro no trecho extraído do instrumento de Planejamento Estadual (MINAS GERAIS, 2000, p. 26):

“É necessário que haja o equacionamento da questão previdenciária, sem o que, a curto prazo, o Estado ficará inviabilizado administrativa e financeiramente. Não se trata apenas de enfrentar os problemas herdados das administrações passadas, mas de dar exemplo para o Brasil e criar espaço para um projeto alternativo de governo.” (MINAS GERAIS, 2000, p. 26)

O governo procurou sanar as desavenças com o setor público, originadas, segundo o mesmo, por meio da atuação de governantes anteriores a este período, através de ações como, concessão de aposentadoria e pensão aos segurados do Instituto da Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais (IPLEMG), renegociação com o Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM), dentre outras ações.

Durante a vigência do PMDI 2000-2003 foi instituída uma reforma no setor previdenciário. Nesta reforma, algumas proposições foram estabelecidas: consolidar o IPSEMG como instituição responsável pela gestão do sistema social dos servidores do Estado, proposição de um novo sistema previdenciário, definição de um plano de custos para a área,

estabelecimento e manutenção de convênios com prefeituras e melhora da qualidade dos serviços (MINAS GERAIS, 1999).

Neste ponto, é necessário realizar uma discussão sobre o contexto governamental vivenciado pelo estado a partir do ano de 2003, a partir da instituição do “Choque de Gestão” do governo Aécio Neves. O Choque de Gestão consistiu em busca por maior eficiência da máquina pública do estado, se baseando em estratégias de modernização da gestão, formulação de políticas de inovação e tendo foco em resultados (BRULON, VIEIRA e DARBILLY, 2013). Com base neste modelo foram intensificadas reformas (como a da previdência), bem como o enxugamento de cargos e gastos do estado.

Estas ações são compatíveis com as características apontadas por Azevedo e Loureiro (2003) sobre o modelo gerencial, que possui uma definição clara de objetivos, promove descentralizações, bem como estimula a redução de níveis hierárquicos.

Retomando a ações temáticas do estado, na área da Saúde o processo de municipalização trouxe importantes mudanças na relação dos entes administrativos, Estado e Município. Assim, houve uma supervalorização dos municípios como prestadores e gestores, em face da subvalorização do estado de Minas como organizador da gestão, financiamento, fiscalização e controle do sistema de saúde (MINAS GERAIS, 2000).

As principais ações do estado estiveram direcionadas para a consolidação do processo de municipalização, visando um sistema de saúde de qualidade, acessível e com a participação da sociedade. Nesse sentido, os principais programas estavam direcionados à melhoria da infraestrutura dos hospitais e de formação e treinamento de recursos humanos.

Visando uma maior aproximação do cidadão à oferta de serviços de saúde, iniciou-se o processo de “Regionalização da Assistência à Saúde”, contribuindo para o fortalecimento do município como provedor desses serviços (MINAS GERAIS, 2004).

A redução das disparidades regionais também entrou na agenda do sistema de saúde estadual, buscando a melhoria, principalmente, dos serviços nas regiões Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. A ampliação da longevidade e a redução da mortalidade infantil, também fizeram parte dos objetivos do governo (MINAS GERAIS, 2004).

Na perspectiva do Trabalho, o diagnóstico da situação do setor realizada em 2000, evidenciava uma elevada taxa de desemprego, fechamento de pequenas e médias empresas e a perda do poder aquisitivo do salário pago aos trabalhadores. O estado apresentava uma

incipiente parceria com municípios e ONGs, mas nada que pudesse garantir eficiência na condução administrativa do Estado.

Foram então, definidas algumas diretrizes para se seguirem nos planos de desenvolvimento dos anos de 2003, 2007 e 2011, como ampliar a participação da sociedade na formulação da política pública do trabalho, regionalizar as políticas propostas, disponibilizar crédito e agir junto aos setores econômicos que pudessem no curto prazo contribuir com retornos financeiros para o Estado, como o agrícola, as PMEs, a agroindústria, dentre outros característicos da região.

Estas diretrizes se desdobraram em programas que visavam à melhoria das relações de trabalho como: Promoção de Saúde e Segurança do Trabalhador, que visava subsidiar e estabelecer uma política preventiva de saúde e segurança no trabalho; Gestão e Intermediação do Emprego, promovendo a inserção e a recolocação dos trabalhadores no mercado, expansão do emprego e renda; Qualificação Profissional do Adolescente, por meio de treinamento profissional; Formação Técnica e Gerencial para os setores da indústria, comércio e serviços.

A Educação, um dos fatores básicos do Índice de Desenvolvimento Humano e direito universal do cidadão, também foi foco das ações do governo mineiro. Tendo em vista que possibilita desenvolvimento econômico e social, a evolução dos níveis educacionais foi pauta importante nos anseios de melhoria direta no Índice.

Ao longo da década de 1990, o estado de Minas Gerais reduziu a sua participação na educação infantil, resultado do processo de municipalização durante os anos de 1992 à 1998, continuando o processo de descentralização das obrigações dos entes públicos. Desse modo, ficou a cargo do estado atuar principalmente no ensino fundamental, médio, superior e profissional.

Os principais desafios identificados pela administração estadual em relação à Educação, no início dos anos 2000, estavam relacionados à evasão escolar e ao nível de repetência, sendo que para reverter esse quadro seria necessário investir em formação e capacitação dos seus recursos humanos (MINAS GERAIS, 2000).

Nesse sentido, principais ações do governo estadual estiveram direcionadas para a ampliação das vagas no Ensino Fundamental e, principalmente, no Ensino Médio, tendo em vista que metade dos alunos com idade entre 15 e 19 anos estavam fora da escola. Além disso, o estado tinha como objetivo melhorar a qualidade da educação. Nesse sentido, foram criados programas para o desempenho e qualificação de professores, escolas em tempo integral, de

alimentação escolar e universalização do ensino, principalmente fundamental, por meio da melhoria da infraestrutura escolar e concessão de incentivos financeiros como o Bolsa Escola.

Algumas das grandes preocupações do início da década de 90 se mantêm até os dias atuais, como promover o aumento da escolaridade média da população, porém existem outras preocupações como a erradicar o analfabetismo e reduzir as desigualdades dentro do sistema educacional (MINAS GERAIS, 2012).

A Habitação foi considerada um dos principais problemas enfrentados pela sociedade mineira. O agravamento dos problemas relacionados à questão habitacional no estado, assim como em todo o país, é decorrente do grande fluxo de pessoas que deixaram o campo, principalmente nas décadas de 70 e 80, em que os municípios, mal preparados, não foram capazes de alocar de forma adequada esses contingentes de pessoas e gerar riqueza o suficiente para que pudessem obter moradias dignas.

As principais ações do estado no fim da década de 90 e início dos anos 2000, estavam voltadas para estabelecer um conjunto de instrumentos que possibilitassem o desenvolvimento da política habitacional. Dessa forma, incentivou-se a criação de Sistemas Habitacionais (Política, Fundo e Conselho), no estado e nos municípios (MINAS GERAIS, 2000).

O principal indicador para verificar a melhoria das condições habitacionais da população é o Déficit Habitacional, que é composto por quatro categorias: Habitações Precárias, coabitação entre famílias, ônus excessivo com aluguel (superior à 30% da renda familiar) e adensamento de moradores em domicílios alugados. Em estudos divulgados pela Fundação João Pinheiro (FJP), déficit habitacional mineiro passou de 640 mil unidades habitacionais em 2000, para 474 mil unidades em 2008 (BRASIL, 2011).

Dentre os principais programas do estado destaca-se como principal característica a construção de empreendimentos habitacionais, principalmente para as famílias de baixa renda: Programa de Habitação Popular de Minas Gerais (PROHAB/MG), Minas Mais Humana e o Programa Lares Habitação Popular (PLHP).

Nota-se que a participação dos municípios é essencial em grande parte das ações propostas pelo estado. Saúde, trabalho e renda, educação e habitação o governo estadual propõe uma atuação conjunta com os governos locais, o que foi impulsionado pela CF88 que promoveu uma descentralização de responsabilidades entre os entes federados e, como destacado por Souza (2001), uma nova distribuição dos recursos públicos arrecadados.

Complementado as áreas de infraestrutura básica, o saneamento também tem papel fundamental na política de desenvolvimento econômico e social dos territórios. A população beneficiada pelos serviços de esgotamento sanitário ultrapassou os 4 milhões de pessoas em 1998 o que correspondia a 29% da população urbana do Estado tendo acesso ao serviço (MINAS GERAIS, 1999). Em relação as localidades atendidas pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), empresa prestadora de serviço no segmento, ao final deste ano (2013) 76% eram atendidas (MINAS GERAIS, 1999).

Os principais gargalos enfrentados neste período eram o crescimento da população e consequentemente, da demanda, a lentidão no cumprimento de novas concessões para atuação da COPASA, o passivo ambiental e o enfrentamento à onda de privatizações e a globalização da economia. Outro importante fator de influencia no setor manifestado naquele período era a carência de recursos para investimentos.

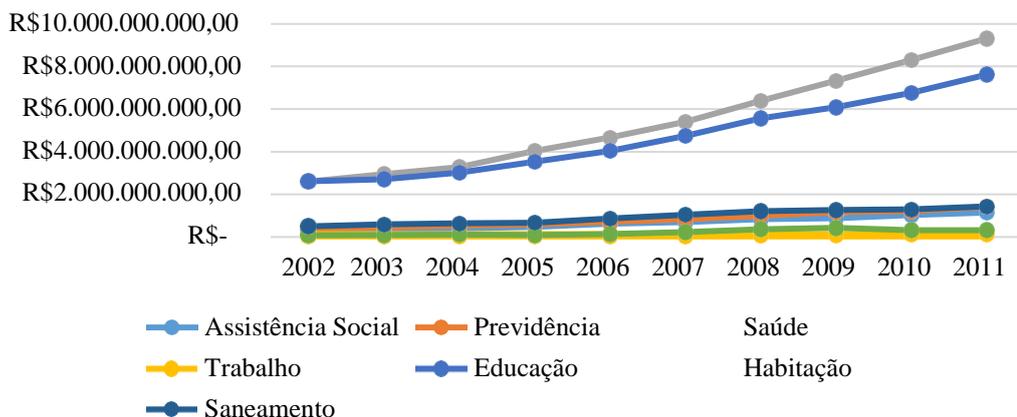
Diante deste cenário as diretrizes traçadas envolveram a busca por financiamento, o desenvolvimento empresarial e a afirmação da COPASA como principal organização de saneamento no Estado e o incremento de ações voltadas para a preservação do meio ambiente.

Alguns dos objetivos definidos foram à recuperação de áreas degradadas, a estabilização de aterros, implantação de estações de esgoto, melhora da qualidade do abastecimento de água. Em 2010 alcançou-se, na área sob concessão da COPASA, o tratamento de 58% do esgoto coletado e entraram em operação 14 novas estações de tratamento de esgoto.

Por meio do programa “Mais Saúde para Todos”, o governo do estado alcançou a soma de 13,2 milhões de pessoas atendidas com a rede de distribuição de água, elevação do volume de esgoto tratado e a criação do programa “SOS COPASA”, que tem como objetivo o gerenciamento de crises no setor. O montante investido no ano e que proporcionou diversas ações foi de aproximadamente R\$ 840.547.655,33.

Em conjunto com os mais variados conjuntos de programas e projetos desenvolvidos no estado de Minas Gerais, o crescente volume de investimentos realizados contribuiu para a sua continuidade e ampliação às regiões mais remotas do estado. Como demonstra a Figura 3, houve consideráveis acréscimos de recursos em todas as funções analisadas.

Figura 3 – Investimentos Estaduais nas Funções Analisadas entre os anos de 2002 e 2011.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da base de dados da FINBRA (2013).

Em todas as funções, em maior ou menor grau, houve acréscimos de recursos, entretanto deve ser destacado que a simples elevação de investimentos não representa garantia de melhoria das condições de vida da população, mas representa um grande avanço para o fomento a ações que propiciem benefícios à sociedade.

O presente estudo não se propôs a uma análise do campo político das ações do estado, mas cabe ressaltar que durante os 20 anos de gestão analisados em 11 destes, o governador pertencia a um único partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Os governadores foram Eduardo Brandão de Azeredo (1995 - 1999) e Aécio Neves da Cunha (2003 - 2010), que por serem da mesma legenda, podem apresentar uma similaridade ideológica e de base eleitoral, criando bases para um ambiente político favorável. Segundo Buarque (1999) é necessário ter um ambiente político e social favoráveis para que as ações em prol do desenvolvimento sejam bem-sucedidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de Minas Gerais obteve grandes avanços sociais nas décadas de 1990, 2000 e 2010, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. A elaboração de projetos e programas de investimentos estaduais contribuíram para a elevação do IDH em todas as regiões do estado.

Ao longo do trabalho viu-se a busca pelo Estado de Minas Gerais pelo desenvolvimento de seu território mediante ações pontuais em áreas como habitação, assistência social, trabalho e saúde.

No referencial teórico foram apresentadas algumas orientações sobre Desenvolvimento defendidas por autores ao longo do tempo. Estas orientações mostraram o papel fundamental do Estado na promoção deste desenvolvimento, função a qual esta relacionada à garantia ao bem estar social das pessoas que o compõem. Viu-se também a busca por mensurar o crescimento dos territórios mediante a utilização de indicadores, sejam eles econômicos e sociais, tentando-se criar bases para comparação do *status quo* e de uma projeção futura, legitimada como sendo algo melhor.

Esta simples caracterização entre antes e depois, realizada, sobretudo na ótica dos indicadores econômicos, através da criação do IDH, foi sendo mais humanizada trazendo consigo fatores os quais não se davam relevância.

O IDH trouxe à tona, a necessidade de um indicador que pudesse contemplar fatos sociais, demandas coletivas, como a assistência social, a educação, a saúde. Tem-se então uma base para estabelecer em que nível de atuação se esta vivenciando e qual seria a relação mais interessante para a população em geral.

Frente aos resultados do IDH analisados, observam-se alguns avanços nas principais áreas nas quais o governo mineiro procurou concentrar suas ações. No âmbito do trabalho, houve a ampliação das redes do Sistema Nacional de Emprego (SINE) alcançando 119 unidades no Estado; na previdência, são estimuladas auditorias regulares e promoveu-se a automatização no sistema de seguros, no saneamento foram realizados investimentos de grandes somas de recursos na busca pela ampliação do atendimento à população.

Analisando o crescimento do IDH Mineiro entre 1991 e 2010, identifica-se uma considerável evolução do índice e uma melhor colocação do Estado, entre os mais desenvolvidos, sobre a ótica desse Índice, no Estado Brasileiro.

Destaca-se que os indicadores não contemplam toda a complexidade que o tema desenvolvimento implica em uma sociedade. A abordagem de um índice, por vezes fria e direta, não deixa claras as particularidades vislumbradas por inúmeras comunidades pertencentes, seja ao Estado Mineiro ou a qualquer localidade ao longo do mundo. Entretanto o que não se pode negar é o caráter apoiador e informativo que estes possuem para balizar as ações das políticas públicas.

A elevação dos investimentos estaduais foram importantes para a melhoria do IDH em todas as mesorregiões, entretanto deve ser destacado que a simples elevação de investimentos não representa garantias de melhoria das condições de vida da população, para tanto deve-se mesclar políticas abrangentes e bem elaboradas com uma alocação de recursos eficiente, que gere benefícios duradouros para a sociedade. Nesse sentido, sugere-se novos estudos que determinem se o governo estadual foi eficiente na alocação de recursos, além de verificar qual o real impacto dos investimentos estaduais na melhoria do IDH dos municípios.

Como limitação do estudo, expõe-se a utilização de dados, mais recentes, referentes ao ano de 2010. Isso se deve ao fato de que o IDH municipal é calculado com base em dados censitários o que promove uma considerável disparidade temporal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Clovis Bueno de; LOUREIRO, Maria Rita. **Carreiras públicas em uma ordem democrática: entre os modelos burocrático e gerencial**. Brasília, DF: ENAP, 2003.

AZEVEDO, Jefferson de; BIDONE, Edison Dausaker; FERNANDES, Manoel do Couto; CARIDE, Carlos José da Fonseca. Proposta metodológica para análise de dados socioeconômicos e ambientais para planejamento e definição de políticas públicas. **Cadernos Ebape.br**, v. 3, n. 4, p. 01-12, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit Habitacional no Brasil 2008**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Instituições, Bom Estado e Reforma da Gestão Pública. In: BIDERMAN C. e ARVATE P. (Orgs.). **Economia do Setor Público no Brasil**. São Paulo: Campus Elsevier, 2004: 3-15.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, estado social e reforma gerencial. **a**, v. 50, n. 1, p. 112-116, 2010.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA, 1999.

BRULON, Vanessa; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; DARBILLY, Leonardo. Choque de gestão ou choque de racionalidades? O desempenho da administração pública em questão. **REAd-Revista Eletrônica de Administração**, v. 19, n. 1, p. 1-34, 2013.

CAMARGO, J. M.. Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 68-77, 2004.

CAMPELO, Graham Stephan Bentzen. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. **Ciência & Trópico**, v. 34, n. 2, 2010.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4.ed, São Paulo: MAKRON Books, 2002

FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3º ed, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FJP – Fundação João Pinheiro. Estatística e Informações. Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2010. Disponível em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/produto-interno-bruto-pib-de-minas-gerais/>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 2, p. 201-234, 2006.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 7, n. 1, p. 73-90, 2005.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos Fundap**, v. 22, p. 102-110, 2001.

KUWAHARA, M.Y.; PIZA, C. C. T.; FIORE, E. G.; MACIEL, V.F. Qualidade de Vida e Desigualdade: Um Passo Além do IDH. ...Anais... 34 EnANPAD. Rio de Janeiro, set. 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Superintendência Central de Planejamento Econômico e Social. Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2000 – 2003. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1999.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Superintendência Central de Planejamento. Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2004 – 2007. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2004.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto. Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária. Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG 2012 – 2015. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto. Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária. Relatório Institucional de Monitoramento: demonstrativo de desempenho físico e financeiro dos programas sociais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2013.

MOTA, Loyslene De Freitas; BARCELOS, Tiago Soares. A questão mineral e os índices do IDH-M e GINI nos Estados do Pará e Minas Gerais: uma abordagem comparativa. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 4, n. 2, p. 19-35, 2018.

PAIVA, André Luiz de; MELO, Juliana Otoni Franco; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; BRUNOZI JÚNIOR, Antônio Carlos. Avaliação dos impactos dos critérios de distribuição do ICMS da lei Robin Hood no índice de desenvolvimento humano municipal em Minas Gerais. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, v. 6, n. 1, p. 35-63, 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em 06/08/2013.

REZENDE, A. J., SLOMSKI, V. e CORRAR, L.J. A Gestão Pública Municipal e a Eficiência dos Gastos Públicos: uma Investigação Empírica entre as Políticas Públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Municípios do Estado de São Paulo. In: *Revista Universo Contábil*, Blumenau, 2005. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/75/36>>. Acesso em 14/08/2013.

ROMERO, Julio A. Racchumi. Análise espacial da pobreza municipal no estado de Minas Gerais-1991-2000. **Anais**, p. 1-20, 2016.

SCHMITT, D. M. e FIATES, G. G. S. **Modelos de Gestão Pública: Uma Análise Crítica do Modelo Utilizado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina**. Santa Catarina: CEJUR: 2009. Disponível em: <http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/arquivos/Daniel_Martin_Schmitt.pdf>. Acesso em 14/08/2013.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.

SEDESE. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.social.mg.gov.br>>. Acesso em 06/08/2013.

SEN, A. *Development as freedom*. Nova York: Anchor Books, 1999.

SIEDENBERG, D. R. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, D. F. e WITTMANN, (Orgs.). *Desenvolvimento Regional: Abordagem Interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: Estudos Avançados, v. 18, n. 51., mai-ago. São Paulo: Scielo, 2004.

SOUZA, Celina. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. **Dados**, v. 44, n. 3, p. 513-560, 2001.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Salvador: AATR-BA, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acessado em 14/08/2013.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

Declaração de Interesse

Os autores declaram não haver nenhum conflito de interesse.

Agradecimentos

Agradecimento aos docentes do curso de graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa por estimular os discentes a realizarem pesquisas no âmbito da gestão pública.

Financiamento

Financiamento próprio.

Colaboração dos autores

L. P. D. R. e F. S. da C. delinearam o trabalho, bem como coletaram e analisaram os dados, C. C. de A. revisou o trabalho final.